

CONSTRUTORA
ENGEMEGA 

**POLÍTICA DE PROTEÇÃO
DE DADOS**

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Primeira versão em abril de 2021 e primeira atualização em maio de 2023

PROGRAMA DE INTEGRIDADE E POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

A **ENGEMEGA** conta com um **Programa de Integridade** para conduzir seus negócios dentro da legalidade e em observância aos mais elevados Princípios Éticos.

Possui seu Código de Ética e Conduta e Políticas sobre os temas mais relevantes do relacionamento profissional, que orientam as tomadas de decisões.

Esta **Política de Proteção de Dados Pessoais** dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, intimidade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade.

Entende-se por tratamento de dados toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, acesso, processamento, avaliação ou controle da informação, classificação, modificação, utilização, comunicação, divulgação, controle, reprodução, transmissão, transferência, difusão, extração, distribuição, armazenamento, arquivamento e eliminação de informação do titular dos dados.

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

As regras de boas práticas levam em consideração a natureza, o escopo, a finalidade da coleta e tratamento de dados, que tem como objetivo beneficiar o titular dos dados.

O tratamento de dados pessoais deve ser conduzido para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, em favor do melhor interesse do titular e respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais.

As regras de boas práticas estabelecidas neste Manual levam também em consideração os tipos de dados coletados e a metodologia utilizada para a coleta para a garantia da segurança das informações.

Os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos nesta Lei e nas demais normas regulamentares, além de serem constantemente avaliadas considerando gravidade dos riscos envolvidos e a probabilidade de ocorrência de dano ao titular, sendo adotadas medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

A Política de Proteção de Dados tem como fundamentos:

1. o respeito à privacidade;
2. a autodeterminação informativa;
3. a liberdade de expressão;
4. a liberdade de informação;
5. a liberdade de comunicação;
6. a liberdade de opinião;
7. a inviolabilidade da intimidade;
8. a inviolabilidade da honra;
9. a inviolabilidade da imagem;
10. o desenvolvimento econômico;
11. o desenvolvimento tecnológico;
12. a inovação;
13. a livre iniciativa;
14. a livre concorrência;
15. a defesa do consumidor;
16. os direitos humanos;
17. o livre desenvolvimento da personalidade;
18. a dignidade; e
19. o exercício da cidadania.

A Empresa valoriza o respeito à livre expressão da vontade do titular dos dados por meio da autodeterminação informativa, pois a ele é garantido o amplo direito de informação e controle sobre seus dados, em especial quanto à finalidade de uso.

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

Todas as ações da Empresa que envolvam dados pessoais são realizadas com absoluta boa-fé e a Empresa adota dez princípios para tratar e proteger dados pessoais, como veremos a seguir.

O **Princípio Finalidade** orienta que todos os dados coletados são tratados exclusivamente para o fim de realizar o negócio de interesse e fornecer benefícios ao titular dos dados, de forma lícita e ética.

O **Princípio da Adequação** determina que os dados coletados devem ser compatíveis com o interesse do titular e utilizados somente nas áreas de atuação da Empresa.

O **Princípio da Necessidade** impõe que o uso dos dados coletados deve ser limitado ao necessário para a realização do negócio de interesse do titular.

O **Princípio do Livre Acesso** orienta que o titular dos dados deve ter acesso fácil as suas informações e sobre a forma e a duração do tratamento de seus dados. Inclui-se também, caso queira o titular, o direito de revogar, de forma gratuita e facilitada, o consentimento para a utilização de seus dados.

O **Princípio da Qualidade dos Dados**, por sua vez, garante ao titular que seus dados serão exatos e que ele terá livre acesso, a qualquer momento, para conferência e atualização.

Todas as informações disponibilizadas à Empresa são tratadas de forma clara, podendo o titular, em atenção ao **Princípio da Transparência**, a qualquer momento, suspender o compartilhamento de seus dados ou a autorização de seu uso.

De acordo com o **Princípio da Segurança**, a Empresa mantém sua Política de Proteção de Dados sempre atualizada, adotando todas as medidas preventivas para proteger as informações do titular contra acessos não autorizados, eventos acidentais ou ilícitos de destruição, alteração, perda, comunicação ou difusão indevida de seus dados.

Além disso, adota, com rigor, em atenção ao **Princípio da Prevenção**, todas as medidas para prevenir a ocorrência de danos que possam decorrer do tratamento de informações e dados pessoais de seus titulares.

É muito importante para a Empresa deixar claro sua intolerância no que diz respeito à discriminação entre seres humanos, e que jamais admitirá a utilização de dados pessoais para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos, em total atenção ao **Princípio da Não Discriminação**.

Por fim, de acordo com o **Princípio da Responsabilização e Prestação de Contas**, a Empresa atua de maneira responsável e mantém atualizadas suas medidas de proteção de dados, para que se mantenham eficazes e garantam permanentemente que o tratamento dos dados pessoais seja realizado de forma segura.

DOS DIREITOS DO TITULAR

Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade.

O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, inequívoca, adequada e ostensiva acerca dos direitos legais do titular e da:

1. finalidade do tratamento;
2. forma e duração do tratamento;
3. informação acerca do uso compartilhado de dados e a finalidade;
4. identificação do controlador;
5. informação sobre a forma de contato com o controlador; e
6. responsabilidade dos agentes que realizarão o tratamento;

Em caso de alteração de informação sobre a finalidade do tratamento dos dados, sua forma e duração, e também sobre o uso compartilhado dos dados, o titular tem o direito de ser informado e, caso não concorde, poderá revogar o consentimento dado anteriormente.

O titular dos dados pessoais tem direito de obter a qualquer momento:

1. confirmação da existência do tratamento de seus dados;
2. acesso aos seus dados;
3. correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
4. anonimização, bloqueio ou eliminação de dados;
5. portabilidade dos dados;
6. informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; e
7. informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências desta negativa;

Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais.

O titular dos dados tem direito de solicitar a revisão de decisões tomadas com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço ou para o exercício de direito, o titular será informado com destaque sobre esse fato e sobre os meios pelos quais poderá exercer seus direitos.

O CONSENTIMENTO DO TITULAR DOS DADOS

O tratamento de dados pessoais é realizado mediante o consentimento do titular, dado de forma livre, informada e inequívoca, para uma finalidade específica, podendo ser revogado a qualquer momento.

O titular pode requerer, ainda, a correção, bloqueio, anonimização ou a eliminação parcial ou total de seus dados.

DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá quando houver a verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.

BOAS PRÁTICAS

Com o objetivo de atender os princípios mencionados nesta Política, assim como de cumprir os requisitos de segurança, observando os padrões de boas práticas por meio

de uma atuação transparente no mercado, os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais da Empresa são mantidos em constante atualização.

A Empresa conta com um monitoramento contínuo nos processos de formulação, revisão, avaliação e atualização de suas **Regras de Boas Práticas**, estabelecendo condições de organização, regime de funcionamento, procedimentos e mecanismos internos e externos de supervisão e de mitigação de riscos, além de outros aspectos, como as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento dos dados pessoais.

A Empresa adota, ainda, medidas de segurança aptas a proteger dados pessoais em acessos não autorizados e em situações acidentais ou ilícitas, prevenindo destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais.

As Regras de Boas Práticas de Governança e *Compliance* são atualizadas periodicamente, contando a Empresa com planos de resposta a incidentes, planos de remediação, assim como procedimentos de mitigação de riscos e gerenciamento de crises.

Para disseminação da cultura ética da Empresa, inclusive com relação à proteção de dados pessoais, em conformidade com a Política de Comunicação da Empresa, são também promovidas ações educativas, estabelecendo uma relação de confiança com o titular dos dados.

A Empresa possui regras de boas práticas e de governança que estabelecem as condições de:

1. organização;
2. regime de funcionamento;
3. procedimento para oferecimento de reclamação e prazo para resposta;
4. normas de segurança;
5. padrões técnicos;
6. obrigações específicas para os envolvidos no tratamento de dados;
7. ações educativas;

8. mecanismos internos de supervisão;
9. mecanismos internos de mitigação de riscos; e
10. planos de resposta a incidentes e remediação de danos

OS AGENTES DE TRATAMENTO: O CONTROLADOR, O OPERADOR E O ENCARREGADO

Os principais agentes responsáveis pelo tratamento de dados são o Controlador, a quem competem as decisões; o Operador, que realiza o tratamento dos dados em nome do controlador; e o Encarregado, que atua como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares de dados.

A identidade e as informações de contato do encarregado são divulgadas publicamente e suas principais atividades consistem em:

1. receber as reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
2. receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências; e
3. prestar orientação a respeito das práticas relacionadas à proteção de dados pessoais.

RESPONSABILIDADE DOS AGENTES DE TRATAMENTO

Os agentes de tratamento de dados são pessoalmente responsáveis pela adoção de medidas de segurança aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito dos dados dos titulares.

Os agentes de tratamento são, ainda, responsáveis pela adoção de política de boas práticas e governança e de mecanismos e procedimentos internos voltados ao tratamento seguro e adequado de dados.

SANÇÕES

Os agentes de tratamento de dados ficam sujeitos às seguintes sanções internas aplicadas pela Empresa, como advertência, suspensão ou rescisão contratual e às sanções administrativas previstas pela autoridade nacional, que inclui a possibilidade de aplicação de multa.

As sanções serão aplicadas após procedimento que possibilite a oportunidade da ampla defesa e considerados, dentre outros aspectos, a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, a boa-fé e a cooperação do agente de tratamento de dados, os direitos pessoais afetados, a gravidade do fato e o grau do dano eventualmente causado.

CANAL DE DENÚNCIA

A **ENGEMEGA** conta em seu site com a Plataforma de Integridade, onde os titulares de dados pessoais poderão, por meio do Canal de Denúncia, informar qualquer irregularidade ou ilegalidade observada, garantido o sigilo do denunciante.

CONCLUSÃO

A Política de Proteção de Dados adotada pela **ENGEMEGA** para o tratamento de dados pessoais é estruturada de forma a atender os princípios e procedimentos previstos na Lei de Proteção de Dados, de forma que a Empresa possa prestar seus serviços com segurança e transparência.

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O Manual de Boas Práticas de Proteção de Dados Pessoais aprimorou ainda mais as atividades da Empresa relacionadas segurança da informação, governança de dados e gestão de riscos.

[Clique aqui para acessá-lo.](#)